



Tempos sombrios de pandemia e fome: responsabilidades da pesquisa em soberania e segurança alimentar e nutricional

Renato S. Maluf*

Em seu livro *Homens em tempos sombrios*, Hannah Arendt (1955)^[1] chamou de tempos sombrios aqueles em que o âmbito público se obscurece, perde o poder iluminador e o mundo se torna dúbio. Embora essa reflexão estivesse voltada para as difíceis décadas iniciais do século XX, não há como evitar transpô-la para os tempos atuais em que uma pandemia global está “embaralhando” o mundo em vários e essenciais aspectos e tornando incerto mesmo o futuro próximo. As mazelas do neoliberalismo, os pendores autoritários de governantes e as profundas desigualdades sociais têm podido se manifestar em diversas partes do mundo, ao Norte e ao Sul, estando o Brasil, reconhecidamente, entre os casos mais extremos. A crise sanitária, acrescida dos componentes alimentar e econômico, pode se converter em tragédia humanitária na medida em que o enfrentamento dessas crises em nosso país reflete incúria, irresponsabilidades, ausência de coordenação e sobreposição de interesses negociais.

Nesse mesmo livro, Arendt nutria a expectativa de que alguma iluminação viesse, menos das teorias e conceitos, e mais da luz incerta daqueles que se aventuram na vida pública pela palavra escrita ou falada, guiados pela esperança de preservar um mínimo de humanidade num mundo que se tornou inumano,

alguns até tentando entender a inumanidade e as monstruosidades intelectuais e políticas de uma época desarticulada. Aceita a premissa de estarmos vivenciando, agora, algo semelhante ao que descreveu a filósofa alemã, então é isso que nos toca fazer, gente como nós envolvida na pesquisa acadêmica e na militância social onde fazemos extenso uso da palavra escrita ou falada.

Jogar luz sobre as inumanidades é um modo de inserir um pouco de humanidade no âmbito público do Brasil de hoje. Cabe iniciar pela desumanidade mais gritante que é o desprezo pela vida e sofrimento alheios emanado da Presidência da República, ministros e assessores próximos, felizmente, incapazes até o momento de paralisar completamente o serviço público federal. Chamo a atenção também para a insistência, mesmo frente a tragédia, numa agenda econômica perversa mais do que apenas injusta, como se nota na gestão do auxílio emergencial aceito a contragosto e, por isso, fixado em valor modesto. Para não mencionar a aceleração das ditas reformas em curso desde o golpe de 2016, que precarizam a vida e destroem direitos de milhões. Ambas as características encontram guarida em componentes da formação de uma das sociedades

*Professor Titular do CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN). Integro o Fórum Brasileiro de SSAN. Coordenador da Rede PENSSAN. Ex-Presidente do CONSEA (2007-2011). ID do ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6565-7148>. Endereço para correspondência: Av. Presidente Vargas, 417/8º andar – CEP: 20.071.003 – Rio de Janeiro – RJ. E-mail: rsmaluf@gmail.com

¹ Arendt, H [1955]. *Homens em tempos sombrios*. S. Paulo, Cia. das Letras, 7ª edição, 2019.

mais desiguais do mundo, acirrados pela conjuntura política e econômica.

Os servidores públicos nas três esferas de governo e em empresas estatais sempre foram um fator de resistência e ação positiva em vários momentos de crise e ataques ao bem público pelos quais passou o Brasil. Temos celebrado, com justeza, a bravura do pessoal engajado em saúde pública, mas muito se pode dizer também dos que militam no ensino público e em outras áreas. Não é por acaso que as universidades públicas constituem palco importante da disputa ideológica com os que não apenas negam o papel da ciência como combatem o pensamento crítico, e se contrapõem à ordem democrática. Esse é o pano de fundo sobre o qual vou abordar a pesquisa e produção de conhecimento relacionadas com soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) e o direito humano à alimentação adequada e saudável (DHA) no Brasil, que esteve em crescimento contínuo desde o início dos anos 2000, acompanhando os avanços nas políticas públicas e na mobilização social. Pode-se mesmo falar na constituição de um campo social da SSAN e do DHA com raízes em fins da década de 1980, para a qual professores e pesquisadores deram importante contribuição (Leão & Maluf, 2012)².

A criação da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), um dos produtos desse processo, iniciou-se em 2012 e contou desde então com decisivo estímulo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)³. A propósito, não é um detalhe o fato de que na construção brasileira pesquisadoras(es) integram os espaços públicos ao lado de representantes das mais diversas entidades e movimentos sociais e profissionais, ao contrário dos casos em que os chamados especialistas ocupam espaços próprios com estatuto diferenciado. Isso diz muito sobre a concepção de pesquisa e do trabalho acadêmico em geral dos que vieram a compor a Rede PENSSAN.

Frente aos tempos sombrios, começo por reafirmar os princípios que regem a Rede: (a) conhecimento acadêmico interdisciplinar e

multiprofissional, respeitando as diversas formas de geração de conhecimento; (b) pesquisa cidadã comprometida com a superação da fome e promoção da SSAN; (c) independência e autonomia; (d) compromisso com a redução das várias manifestações de desigualdades; (e) defesa da qualidade dos alimentos e da alimentação adequada e saudável; (f) geração, difusão e democratização de conhecimentos e saberes.

Começando pela prática de ciência cidadã, desde logo, coloca-se a pergunta sobre quais os significados de ciência cidadã e como praticá-la. Ciência cidadã pressupõe ciência feita por cidadãs(os) e voltada para a cidadania, portanto, compromissada com valores éticos, sem abandonar o rigor científico. Lembro que a fome e demais manifestações de insegurança alimentar e nutricional emergiram no Brasil, desde fins da década de 1980, como questão política por serem negação de cidadania e do direito à vida. Os que negam esse vínculo, a meu ver indissolúvel, incorrem em algum grau de ilusão sobre existir uma ciência neutra compromissada apenas com consistência teórica e rigor metodológico auto-explicativos. Ciência é, por definição, crítica frente à realidade e a crítica, por sua vez, supõe parâmetros outros que não apenas deduções de formulações teóricas abstratas. Rigor científico quer dizer ser capaz de utilizar boa teoria para formular boas perguntas sobre a realidade, ao mesmo tempo em que permite que a realidade coloque boas questões a serem enfrentadas pela teoria.

Isto nos leva à questão da articulação entre pesquisa, ensino e extensão, e à perspectiva de diálogo com organizações e movimentos sociais, componentes das diretrizes de ação da Rede PENSSAN. Duas questões sobressaem. Primeiro, a premissa do enriquecimento recíproco entre pesquisa e ensino que implica verificar se o número crescente de pesquisas em SSAN e DHA tem repercutido proporcionalmente nas grades curriculares e conteúdos das disciplinas. Segundo, estamos frente à necessidade de repensar o lugar muitas vezes secundário da extensão universitária no tripé que caracteriza as atividades acadêmicas, qualificando a extensão inclusive como fonte de geração de conhecimento e canal privilegiado para

² Leão, M.M.; Maluf, R.S. (2012). A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira. Brasília (DF): Abrandh/Oxfam.

³ O expressivo crescimento no número de grupos de pesquisa dedicados a temas de SSAN e DHA, e do próprio fomento à pesquisa entre os anos 2004 e 2011 encontra-se no relatório desse seminário. Os relatórios deste seminário e dos três ENPSAN que o sucederam estão disponíveis em: <http://pesquisassan.net.br>.

incorporar as pautas das organizações da sociedade civil na agenda de ensino e pesquisa das Universidades.

Essa breve retrospectiva histórica acompanhada de incursão sobre os fundamentos e sentidos da pesquisa acadêmica pareceu-me necessária para abordar a agenda imposta pelo contexto atual e sua apropriação nas ações que vêm sendo propostas pela Rede PENSSAN. Estamos frente a uma tripla carga nesses tempos de pandemia, a saber, a crise sanitária naturalmente com maior evidência, acompanhada de duas outras crises interligadas que são a alimentar e a socioeconômica. Tenho argumentado sobre a importância de enfrentar a emergência construindo possibilidades futuras, perspectiva sobretudo aplicável para abordar os papéis da pesquisa de dar visibilidade a processos e respectivos desafios, realizar diagnósticos e fundamentar proposições de ações e políticas públicas.

Não surpreende que a comida em termos de disponibilidade, acesso e qualidade tenha se convertido em problema requerendo atenção urgente, ao lado e como complemento indissociável da atenção à saúde das pessoas. O temor pela falta está disseminado entre as populações vulnerabilizadas que viram agravada a busca diária por assegurar comida para si e os seus. Não vem ao caso reproduzir aqui os dados que vêm sendo mostrados em muitos artigos, embora o tema careça de atenção suficiente pelos meios de comunicação. A pobreza monetária compreendia, em 2018, um enorme contingente que, certamente, enfrentava restrições de acesso a alimentos, indo de 13 milhões de pessoas em pobreza extrema (6,5% da população) até as 54,8 milhões de pessoas consideradas pobres (25,3% da população) (IBGE, 2019)^[4]. É certo que esse montante aumentou com o aprofundamento da recessão em 2019 e 2020, tendo o desemprego aberto atingido 12,8 milhões de pessoas (12,1% da força de trabalho) no 1º trimestre de 2020 (IBGE, 2020)^[5], podendo chegar a 17,8% até o final de 2020 segundo projeção divulgada pelo IBRE/FGV^[6]. Acrescenta-se o chamado trabalho informal que congrega mais de 38 milhões de pessoas (41,1% da força de trabalho, em 2019), sinônimo de

precarização do trabalho, subemprego ou desemprego disfarçado.

Como mencionei antes, há que inserir humanidade no âmbito público do Brasil de hoje, para o que é preciso dar rosto aos grandes números. Assim, os vulnerabilizados nas cidades e nos campos são compostos pelos trabalhadores sem emprego ou com ocupação precária, moradores das periferias, em particular, negros(as) e pardos(as), população em situação de rua (contados aos milhares), famílias rurais com acesso precário à terra e outros recursos, comunidades quilombolas e povos indígenas. Ao lado da antiga mazela da fome oculta (subnutrição), como a chamava Josué de Castro, assistimos ao retorno da fome aguda e a mais que provável volta do Brasil à vergonhosa condição de integrar o Mapa da Fome da FAO, do qual havíamos saído em 2014. Índícios dessa tendência se encontram na percepção das pessoas sobre sua própria condição captada pela aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. O último dado disponível referente à coleta nacional realizada pelo IBGE (2014)^[7] classificou 73% dos domicílios brasileiros como estando em segurança alimentar, ao passo que na estimativa desenvolvida por Souza *et al.* (2019)^[8] com dados do *Gallup World Poll*, para 2017, reduziu-se para 49% o número de domicílios em segurança alimentar, tendo triplicado de 4% (2013) para 12% (2017) a insegurança alimentar grave que significa ocorrência de fome.

A agenda de atividades que a Rede PENSSAN se propôs para esse período teve início com ativa participação em mobilizações, a primeira delas contribuindo na elaboração de um documento de posicionamento construído pela Comissão Organizadora da Conferência Nacional, Popular, Democrática e Autônoma por Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, intitulado “Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus: a vida e a dignidade humana em primeiro lugar!” (disponível em www.fbssan.org.br). Assinado por mais de duzentas organizações da sociedade civil,

⁴ IBGE, Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira - 2019. R. Janeiro, IBGE, 2019.

⁵ IBGE, *PNAD Contínua – comentários sintéticos – 1º Trimestre 2020*. (disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=quadro-sintetico>; acesso em 02/06/2020).

⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/24/taxa-de-desemprego-media-deve-subir-para-178percent-neste-ano-projeta-fgv.ghtml>

⁷ IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – Segurança alimentar. Rio de Janeiro, IBGE, 2014.

⁸ Sousa LRM, Segall-Corrêa AM, Saint Ville A, Melgar-Quiñonez H. Food security status in times of financial and political crisis in Brazil. *Cadernos Saúde Pública*, 35(7), p. 1-13, 2019.

encontra-se nesse documento um elenco de questões que já vêm merecendo ou aguardam a atenção da comunidade acadêmica, em linha com o que se disse antes sobre a interlocução da pesquisa com a agenda das entidades e movimentos sociais, e sobre a perspectiva de agir em face da emergência construindo permanências e possibilidades futuras. Em paralelo, a Rede encaminhou documento ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações manifestando preocupação com relação ao corte nas bolsas de estudos e no fomento da pesquisa em nosso campo temático.

Cabe observar que o envolvimento como rede de pesquisa é acompanhado do engajamento de grupos de pesquisa nas várias regiões do país em iniciativas de distintos tipos, entre as quais, mapeamento de ações no campo do abastecimento alimentar, desenvolvimento de projetos de extensão voltados para a ampliação do acesso à alimentação saudável oriunda da agricultura de base familiar e no enfrentamento do desmonte ou redirecionamento de programas públicos fundamentais como são o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Ressalto um papel importante cumprido por pesquisadoras(es) de dar visibilidade às ações em curso e identificar obstáculos, ao lado do engajamento direto nos chamados comitês de gestão da crise desencadeada pelo coronavírus nas esferas estadual e municipal.

Não há dúvidas, porém, que o conhecimento reunido na Rede ou que por ela é possível de ser mobilizado traz para o primeiro plano sua contribuição para o debate público ou, nos termos de Arendt, para iluminar o âmbito público em tempos sombrios. Saliento que me refiro não apenas aos debates sobre os temas que são próprios ao campo da SSAN e do DHA, mas também sobre aqueles que afetam a vida social em geral e as Universidades em particular, quais sejam, as ameaças à democracia, à produção de conhecimento e ao pensamento crítico. A estratégia adotada pela Rede PENSSAN vem sendo a de realizar uma série de debates virtuais, em paralelo à constituição de painéis de especialistas sobre temas relevantes, ambas em articulação com o Conselho Consultivo e os Grupos Temáticos que compõem sua estrutura.

É evidente e deve ser questionada a falta de dados atualizados que revelem a real dimensão da crise alimentar – ocorrência de fome ou dificuldades no acesso aos alimentos – e da eficácia de ações como o auxílio emergencial. Não é sem significado a ausência, no Brasil, de enquetes representativas e frequentes sobre questões como essa, agravada pela demora em divulgar resultados de pesquisas feitas, como é o caso da aplicação da EBLA junto com a Pesquisa de Orçamento Familiar 2008-2009. Sendo o Brasil carente de enquetes regulares sobre aspectos centrais da nossa formação social e das nossas vidas, amplia-se nossa responsabilidade de pesquisar as manifestações da fome e da insegurança alimentar e nutricional em termos agregados e também em sua correlação com os vários fatores de desigualdade incrustados em uma das sociedades mais desiguais do mundo. Essa percepção levou o primeiro debate virtual a se debruçar sobre indicadores de risco de insegurança alimentar no atual contexto da COVID19, possibilidades na obtenção das informações e desafios de monitoramento frente à grave crise econômica. Travou-se ali um importante debate sobre fontes de dados, metodologias de coleta e cruzamento de variáveis que merece ser consultado⁹.

Um conjunto de outros temas estão sendo considerados como objeto dos próximos debates virtuais, com destaque para: (a) abastecimento alimentar e as iniciativas em curso conectando acesso a alimentação adequada e saudável e a agricultura de base familiar e agroecológica, (b) conexões entre soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e alimentação saudável; (b) rumos preocupantes dos programas públicos querepercute na SSAN com destaque para o PAA e PNAE; (c) mecanismos de relatos, denúncias e registro de situações de insegurança alimentar e nutricional e ações que violam o direito humano à alimentação.

A promoção de debates virtuais periódicos é acompanhada pela proposta de instituir painéis de especialistas para se debruçarem sobre temas de SSAN e DHA, valendo-se do conhecimento acumulado entre os integrantes da Rede e pesquisadores residentes no exterior que com ela colaboram. A propósito, é essencial preservar e estimular, de forma permanente, a perspectiva de ter em conta o âmbito internacional, tanto por serem internacionais muitos dos fenômenos

⁹ Disponível no Canal Youtube da Rede: <https://bit.ly/CanalPENSSAN>.

e processos aos quais nos dedicamos, quanto pelo requisito de incorporar em nossas reflexões os debates em curso na esfera internacional.

Por último mas não menos importante, menciono o fortalecimento da Revista Segurança Alimentar e Nutricional como parte importante da estratégia da Rede PENSSAN que desde o ano passado assumiu a co-edição dessa Revista junto com os colegas do NEPA/UNICAMP.

Finalizo reafirmando que a realização do aqui proposto requer um marco institucional participativo, intersetorial e sistêmico, e o pleno exercício de uma ciência cidadã e do pensamento crítico. Esses são requisitos indispensáveis do que se espera venha ser o esforço de reconstrução do Estado brasileiro em bases democráticas, com respeito a direitos e efetiva participação social na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas. Não tenhamos dúvida sobre a relação de mão dupla entre a política dos alimentos e a política em geral. O debate aberto das escolhas e estratégias que levam a uma alimentação adequada e saudável para todos depende de um ambiente democrático e um Estado permeável à participação da sociedade civil, com as contribuições da pesquisa, do ensino e da extensão asseguradas pelo respeito à autonomia universitária.